

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC CARLOS EDUARDO FELIPE DE FREITAS SILVA

A SEGUNDA GUERRA CIVIL NA COSTA DO MARFIM À LUZ DA TEORIA DO
CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

Rio de Janeiro

2016

CC CARLOS EDUARDO FELIPE DE FREITAS SILVA

A SEGUNDA GUERRA CIVIL NA COSTA DO MARFIM À LUZ DA TEORIA DO
CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso de
Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF DANIEL DAHER RODRIGUES

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2016

AGRADECIMENTOS

A minha esposa Marlene, pelo amor incondicional e pelo companheirismo ao longo de todos esses anos.

Aos meus pais (in memoriam) Felipe e Deja, pela dedicação e preocupação com a minha educação, e pelos exemplos pessoais de bondade e abnegação.

Ao meu orientador Capitão-de-Fragata Daher, pela condução sempre cuidadosa, preocupada e inteligente da orientação do processo de pesquisa envolvido na elaboração deste trabalho, por meio de sua experiência profissional e de seu relevante conhecimento da metodologia.

A Deus, por tudo.

“As civilizações são as últimas modalidades de tribos humanas e o choque de civilizações é o conflito tribal numa escala mundial. ”

(Samuel P. Huntington)

RESUMO

A Costa do Marfim esteve em foco no cenário geopolítico internacional nas primeiras décadas do século XXI, em virtude das revoltas e conflitos observados no país nesse período, dentre eles a Segunda Guerra Civil (2010-2011). Assim como outras antigas colônias francesas, localizadas na África Ocidental, o país obteve sua independência em 1960, tendo permanecido por mais de três décadas como um exemplo de integridade política e prosperidade. A Costa do Marfim é um exemplo da característica multicultural africana, tendo cristãos e muçulmanos na composição de sua população, divididos em mais de 60 grupos étnicos diferentes, além de imigrantes de países vizinhos, distribuídos nas regiões norte e sul do país. No entanto, as mudanças no mundo pós-Guerra Fria, associadas às características de diversidade étnica e a implementação da ideologia de marfinidade pelo Estado, incentivaram uma rivalidade interna entre grupos antagônicos, fazendo com que o país enfrentasse seus primeiros problemas socioculturais e étnicos, que avançaram pelas primeiras décadas do século XXI e culminaram em 2010, com a eclosão da Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim, após a realização de eleições presidenciais e a subsequente não observância de seus resultados por parte do Governo derrotado. Evidencia-se como propósito de pesquisa a identificação de elementos de que esse conflito analisado na moldura temporal compreendida entre o início da crise em 2010 e a sua estabilização em 2011, possa ter ocorrido entre grupos de diferentes identidades culturais, sendo realizada para tal uma análise do contexto histórico das hostilidades no país e sua dinâmica até a sua eclosão. Utiliza-se como ferramenta de orientação do raciocínio dentro de uma metodologia científica, o confronto entre a realidade analisada e a teoria do Choque de Civilizações, de Samuel P. Huntington, que poderia explicar esse conflito. Conclui-se que as diferenças culturais foram os principais elementos para o desenvolvimento das hostilidades, e apesar de considerar-se outros fatores e teorias que não convergem para os elementos expostos por Huntington, as diferenças de identidade cultural envolvendo etnias e religiões distintas podem ser consideradas como determinantes para a origem da Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim.

Palavras-chave: Costa do Marfim. África Ocidental. Diversidade Étnica. Choque de Civilizações. Samuel P. Huntington. Conflitos. Guerra Civil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da África Ocidental Francesa	49
Figura 2 - Mapa da África Ocidental CEDEAO	50
Figura 3 - Divisão dos Territórios da Costa do Marfim	51
Figura 4 - Divisão da Costa do Marfim 2003-2007	51
Figura 5 - Distribuição dos Grupos Étnicos na Costa do Marfim	52
Gráfico 1 - Crescimento da População Mundial de Muçulmanos	53

LISTA DE ABREVIATURAS

CEDEAO -	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
EUA -	Estados Unidos da América do Norte
FMI -	Fundo Monetário Internacional
ONU -	Organização das Nações Unidas
UA -	União Africana
UE -	União Europeia
UNOCI -	Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim (em inglês)
URSS -	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O CONFLITO NA COSTA DO MARFIM	10
2.1	A Revolução Política na África Ocidental	10
2.2	A Situação no País pós-Guerra Fria	13
2.3	Conflitos Culturais e Diversidade Étnica no País	15
2.4	A Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim	17
3	A TEORIA DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES	21
3.1	As Civilizações e os Conflitos pós-Guerra Fria	21
3.2	O Ressurgimento Islâmico	24
3.3	A Reconfiguração Cultural da Política Mundial	27
3.4	As Guerras de Linha de Fratura	29
4	ANÁLISE DO CONFLITO	35
4.1	A Linha de Fratura na Costa do Marfim	35
4.2	Análise do Conflito na Linha de Fratura na Costa do Marfim	37
5	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	47
	ANEXOS	49

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1950, uma grande parte dos territórios africanos encontravam-se ocupados pela França, dentre eles a Costa do Marfim. Esse período marcou o continente africano por uma série de movimentos de independência nas colônias, influenciados por um processo de revolução política, que alcançou seu auge em 1960, quando a Costa do Marfim se torna independente, permanecendo por mais de três décadas como um país unido e próspero.

O período pós-Guerra Fria (1947-1991) traz consigo grandes mudanças no cenário geopolítico mundial, fazendo com que o país enfrente seus primeiros problemas socioculturais graves, tensões étnicas e conflitos internos, que avançam pela primeira década do século XXI, influenciados pelas diferenças culturais entre grupos antagônicos e pela ideologia de “marfinidade” implementadas pelos governos nesse período. Em 2010, após a realização de eleições presidenciais, o candidato derrotado decide não ceder o governo, trazendo como consequência os conflitos observados na Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim (2010-2011).

Tendo em vista que poderíamos identificar características culturais específicas nos grupos antagônicos envolvidos nesse conflito, levando-se em conta o contexto de reconfiguração da política mundial, e a possibilidade da existência de uma linha de falha que cortaria o território marfinense, dividindo esses dois grupos e suas diferentes culturas, a pesquisa nos remeteu à teoria do Choque de Civilizações, de Samuel P. Huntington, que permite uma análise do pressuposto de que as diferenças culturais entre as civilizações seriam os principais fatores motivadores dos conflitos na Costa do Marfim.

Nesse contexto, esta pesquisa abordará a Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim, considerando o período de 2010 a 2011, quando se deram as hostilidades. O propósito decorrente da questão de pesquisa será verificar se é possível identificar no desenvolvimento desse conflito possíveis elementos de que o mesmo tenha ocorrido entre povos pertencentes a

diferentes culturas, podendo ser explicado por meio da teoria do Choque de Civilizações. A relevância desta pesquisa reside na possibilidade de identificarmos e analisarmos as causas do conflito, permitindo um aprofundamento da questão. Para alcançarmos esse propósito utilizaremos um estudo de caso e confronto dessa teoria com a realidade.

Dividiremos esta pesquisa em cinco capítulos, incluindo esta Introdução como sendo o primeiro. No capítulo dois, buscaremos identificar que processos históricos levaram a Costa do Marfim à conjuntura de conflitos, desde sua independência, passando pela revolução política na África, a situação no país pós-Guerra Fria, os conflitos culturais e diversidade étnica no país e a eclosão na Segunda Guerra Civil.

No capítulo três, apresentaremos os principais conceitos da teoria do Choque de Civilizações de Samuel P. Huntington, permitindo um perfeito entendimento de sua perspectiva geopolítica, apresentando uma base para o confronto entre a teoria e realidade, identificando quais elementos se constituem nos parâmetros de comparação com os fatos estudados no conflito pesquisado.

No capítulo quatro, iniciaremos discorrendo se o território da Costa do Marfim é dividido por uma linha de falha e se as diferenças culturais entre as civilizações seriam os fatores motivadores dos conflitos, o que permitiria definir se os mesmos podem ser explicados pela teoria do Choque das Civilizações.

Por fim, no capítulo cinco, concluiremos a pesquisa fazendo uma análise baseada na relação entre a hipótese apresentada e os resultados alcançados.

2 O CONFLITO NA COSTA DO MARFIM

Para entendermos o conflito faz-se necessário descrever inicialmente os processos históricos que caracterizaram a Costa do Marfim no contexto sociopolítico observado na África Ocidental¹, desde o prelúdio da situação de hostilidades, passando pelo avanço das crises e dos enfrentamentos internos no país, chegando até o período de instabilidade política, que culminou com a Segunda Guerra Civil, objeto de estudo detalhado desta pesquisa.

Inicialmente abordaremos a Revolução Política Africana (1951-1960), de forma a dimensionar a influência desse movimento ocorrido entre o período pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a independência da Costa do Marfim (1960) enfatizando suas consequências históricas sobre a estruturação do país. Em seguida conduziremos um breve histórico com ênfase na pesquisa do período pós-Guerra Fria, em que focalizaremos os fatos pertinentes do cenário contemporâneo até o momento derradeiro em que as hostilidades se desenvolveram. Posteriormente estudaremos o avanço dos conflitos etnoculturais no país na primeira década do século XXI, analisando suas características e a influência das diferenças culturais entre os grupos antagônicos e suas respectivas lideranças, tendo em vista a diversidade étnica no país. Finalmente, abordaremos a Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim, buscando identificar no desenvolvimento dessa abordagem elementos que nos permitam explicitar as características e possíveis causas desse conflito.

2.1 A Revolução Política na África Ocidental

Para ilustrarmos a situação política e geográfica africana em 1939, no início da Segunda Guerra Mundial, podemos recorrer a Castro (1981), que define o continente como um

¹ Região localizada entre o Sahel e a costa do golfo da Guiné, no Oceano Atlântico, limitada pela foz do rio Senegal, ao norte, e a fronteira entre a Nigéria e Camarões, ao sul.

aglomerado de frações políticas, territórios e mandatos² da Liga das Nações, e, salvo algumas poucas e questionáveis exceções, não havia países africanos verdadeiramente independentes, em decorrência dessa evolução política do continente. Segundo Olic (2012), o passado colonial havia deixado como consequência uma fronteira artificial entre os territórios africanos, recortados pelos interesses dos Estados colonizadores, que não levaram em consideração a situação étnica e cultural existente no continente previamente à colonização.

A revolução política no continente africano tem como marco a criação do Reino da Líbia (1951) que reunia um conglomerado de reinos que funcionavam como uma espécie de Estado-Tampão entre França e Inglaterra, potências que haviam loteado e absorvido os territórios africanos pertencentes aos países derrotados, Alemanha e Itália, ao término da Segunda Guerra Mundial, de acordo com seus interesses (CASTRO, 1981). Essa reorientação dos territórios por vezes separava povos da mesma origem e em outras ocasiões reunia etnias rivais, fazendo com que as fronteiras resultantes fossem intangíveis (OLIC, 2012).

Nesse contexto de partição de territórios, Castro (1981) afirma que “a revolução política africana transformou o continente num conglomerado de países fracos e heterogêneos”, destacando que nessa distribuição de territórios pós-Segunda Guerra Mundial, uma grande parte daqueles localizados na África Ocidental foram absorvidos pela França, que ocupava uma quantidade considerável de colônias nessa região, conhecida como África Ocidental Francesa, conforme apresentado na FIG. 1 (ANEXO A).

Em 1946, esses territórios foram promovidos a “províncias ultramarinas”, passando a ter assembleias locais, situação que permaneceu por quase uma década, até a promulgação da Lei Quadro³ que contribuiu decisivamente para a revolução política (CASTRO, 1981).

² Os mandatos foram estabelecidos após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), pelo Pacto da Liga das Nações, em 1919, colocando sob a supervisão de França e Inglaterra os territórios das antigas colônias do Império Alemão e do Império Otomano (BLAINEY, 2008).

³ Adotada em 23 de junho de 1956, em que os colonos de cada território teriam direito de voto para eleger representantes para as assembleias locais e para os conselhos de governo (HERNANDES, 2005).

Essa linha de flexibilização da autonomia das províncias, de forma moderada, que tinha como objetivo, por parte das potências coloniais, o controle da descolonização, é definido por Visentini (2010) como uma antecipação ao surgimento e posterior crescimento dos movimentos de independência. No final da década de 50, quando efetivamente iniciados esses movimentos insurgentes por parte das províncias africanas, o General De Gaulle⁴, líder Francês, visitou a África para divulgação de um “referendum”, em 1958, que definiria o aceite ou não por parte das províncias à Comunidade Francesa. Castro (1981) afirma que o que estava em questão na prática era a decisão entre manter ou suspender o recebimento do auxílio francês, em todos os setores, destacando que, das províncias que faziam parte da África Ocidental Francesa, apenas a Costa do Marfim encontrava-se em condições de responder negativamente. Em 1960, o Ano Africano⁵ marcou o auge da Revolução Política Africana, com a independência de 17 países no continente, dos quais 14 eram francófonos, dentre eles estava a Costa do Marfim (VISENTINI, 2010).

Concluimos que a Revolução Política Africana colaborou para que uma grande parte dos territórios africanos localizados na África Ocidental, colonizados pela França, a chamada África Ocidental Francesa, alcançasse a sua independência, em 1960, no entanto, essa descolonização trouxe consigo os reflexos de um processo histórico de divisão dos territórios que não levou em consideração os aspectos das diferenças culturais e étnicos dos povos que habitavam esses novos Estados, possibilitando a independência, porém sem haver uma identidade única e homogênea definida no país após sua independência.

Conduziremos a seguir um breve histórico do período pós-Guerra Fria e focalizaremos os fatos pertinentes no contexto e na evolução do processo de crise.

⁴ Charles de Gaulle fundou seu próprio partido político, após o término da Segunda Guerra mundial e embora tivesse se retirado da política em 1950, após a derrota de seu partido, foi escolhido pela Assembleia Nacional Francesa para voltar ao poder como primeiro-ministro, em 1958, sendo eleito presidente em 1959 (FCG, 2010).

⁵ 1960 foi marcado na História contemporânea como o “Ano da África”, pois 17 territórios africanos proclamaram a sua soberania política, sendo um dos maiores processos de independências da História num só ano (PÚBLICO, 2010).

2.2 A Situação no País Pós-Guerra Fria

O período pós-Guerra Fria foi marcado por mudanças no cenário geopolítico, caracterizadas pela transição para uma nova ordem mundial. Visentini (2010) afirma que esse ciclo de mudanças fez com que a África perdesse grande parte de sua importância estratégica e econômica, ocasionando em um aumento da marginalização do continente no Sistema Internacional, além de outra importante consequência: a tribalização de conflitos, os quais tinham fundamentos sociais, culturais, políticos e econômicos. Segundo Olic (2012), os conflitos mudaram de características e a “afirmação de particularidades étnicas” apresentava mais relevância, em virtude preocupação de grupos rivais vizinhos em manter sua história, língua cultura e suas identidades.

Na segunda metade da década de 90 surgem tendências de reafirmação do continente africano, que se aprofundam na passagem do século. No entanto os conflitos e guerras civis permanecem, apresentando ainda aspectos étnicos-tribais, sendo mais comuns nos Estados da África Ocidental (VISENTINI, 2010). Para retratar essa característica peculiar de estreita relação com os conflitos, Robert Kaplan (1994) afirmou que a região estava se transformando no “símbolo mundial do estresse demográfico” onde o caos e desordem se destacam e surgem como motivo de preocupação estratégica.

Nesse contexto conflituoso observado no continente, a Costa do Marfim, após passadas mais de três décadas de sua independência, era vista pela Comunidade Internacional como uma exceção no cenário político africano, sendo reconhecida por sua harmonia étnica e religiosa, considerada como um modelo de estabilidade, bem como por possuir uma economia bem desenvolvida, conduzida pelas mãos do líder da luta pela independência Felix Houphouët-Boigny (BBC,2016). Porém, no período pós-Guerra Fria, o país adentrou em um ciclo desordenado de conflitos sociais e de disputa entre as elites regionais, que resultou em uma em uma série de hostilidades internas e em guerras civis.

Inicialmente, os conflitos estavam relacionados a dois fatores principais: ao aumento da presença de imigrantes e de marfinenses de origem estrangeira no ambiente rural, que representavam uma parcela significativa da população em algumas dessas regiões; e também ao crescimento econômico que acarretava em êxodo rural, gerando desemprego nas cidades (WHANDE, 2010). Essa imigração tinha sido incentivada pelo presidente Boigny⁶, na década de 80, que impôs a ideia de que a posse da terra seria de quem pudesse cultivá-la, deixando de considerar os títulos de propriedade existentes até então, além de autorizar que qualquer pessoa proveniente da Comunidade Económica dos Estados Oeste Africano (CEDEAO), cujo conjunto de países é apresentado na FIG. 2 (ANEXO B), circulasse e residisse livremente na Costa do Marfim (DUARTE, 2011).

Em 1990, o então primeiro-ministro Alassane Ouattara introduziu rigorosas regras para os novos documentos de identidade, no tocante à origem. Muitos imigrantes não recebem esses documentos, por não atenderem aos requisitos estabelecidos e o que surgiu como uma possível alternativa para a integração acabou como um conceito que excluiu grande parte da população. A partir do momento em que foram introduzidos os novos vistos de permanência e controles de passaporte, a situação se agrava e o país começou a entrar em crise, pois sob o pretexto de controle dos documentos de identidade, as forças de segurança procediam de forma agressiva contra migrantes e pessoas do norte do país (DW, 2011).

Outro problema social enfrentado nessa época seria o regresso da população jovem e desempregada para o norte do país, diante da crise econômica. Os jovens, que anteriormente concentravam-se nas grandes áreas urbanas ao sul do país, regressaram para suas cidades de origem e encontraram as mesmas ocupadas pelos “estrangeiros”, como eram chamados os imigrantes originários de outras regiões da Costa do Marfim (DUARTE, 2011).

⁶ Utilizaremos o nome “Bouigny” sempre que nos referirmos a Felix Houphouet-Boigny, que conduziu a Costa do Marfim em seu processo de Independência, governando o país por mais de 30 anos, do período de 1960 até sua morte, em 1993 (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Disponível em: [https:// global.britannica.com/biography/Felix-Houphouet-Boigny](https://global.britannica.com/biography/Felix-Houphouet-Boigny))

Concluimos que o ambiente rural foi reconfigurado pelo movimento dos migrantes e também pelas vagas deixadas pelas populações locais em movimento de êxodo rural e que esse cenário de distribuição demográfica se reverteu posteriormente, associado à crise econômica, causando desequilíbrios sociais. O contexto social nesse período pós-Guerra Fria foi então dominado por um embate entre a população local e os “estrangeiros”, o que trouxe novos desafios para a o governo e levou ao surgimento de antagonismos políticos e militares.

Em 1993, após a morte de Boigny e a ascensão de Henri Konan Bédié à presidência, esses conflitos escalaram o nível político, e em 1994, o conceito de ideologia de "*ivoirité*"⁷ ou política de “marfinidade” foi integrado à lei eleitoral. Somente poderia tornar-se presidente quem vivia no país há mais de cinco anos e cujos pais eram marfinenses. Essa política em nome da nacionalidade marfinense associava a crise econômica aos fatores sociais e ao elevado número de estrangeiros no país (DUARTE, 2011).

Esse critério de segregação, em que somente os “marfinenses” poderiam se candidatar às eleições excluiu quase 30% da população nascida na Costa do Marfim, dentre esses não marfinenses excluídos estava Ouattara⁸, cujos pais eram originários de Burkina Faso. Ouattara foi um dos mentores dessa ideologia, ao implantar o controle de identidades como primeiro-ministro, em 1990 (OLIC, 2012).

2.3 Conflitos Culturais e Diversidade Étnica no País.

Conforme estudamos anteriormente, as tensões entre as etnias desenvolveram-se ao longo dos anos na Costa do Marfim, ficando caracterizadas principalmente pela segregação

⁷ Desenvolvida por intelectuais e acadêmicos próximos da elite dirigente, mais concretamente do presidente Henri Konan Bédié, essa ideologia e posteriormente regra definia que para ser marfinense, um cidadão teria de ser filho de pai e mãe marfinense, critério que prevaleceu sobre a filiação de pai ou mãe marfinense (BAH, 2010)

⁸ Utilizaremos o nome “Ouattara” sempre que nos referirmos a Alassane Ouattara, economista e político que foi eleito presidente da Costa do Marfim em 2010 (ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, 2016. Disponível em: <https://global.britannica.com/biography/Alassane-Ouattara>)

intangível entre a população do norte do país, composta em sua maioria por imigrantes oriundos de países vizinhos e seus descendentes; e a população nativa localizada em sua maioria ao sul do país. Essa tensão foi ampliada pelo conceito de "*ivoirité*", criado nos anos 1990.

Na época seguinte a sua independência, a Costa do Marfim, assim como os demais países recém-criados no continente africano, defrontou-se com questões culturais como o que diferenciaria a identidade dos africanos em relação a outros povos e se realmente haveria condições de manter a coesão cultural da África. Esses questionamentos foram a origem da ideologia de "*ivoirité*" criada por intelectuais e políticos, e que tinha como objetivo enfatizar as características comuns dos marfinenses após o fim do colonialismo (DW, 2011).

Essa diversidade cultural dos diferentes grupos étnicos encontrados na Costa do Marfim pode ser estudada inicialmente por meio de uma análise de suas origens no continente africano, e especificamente na África Ocidental podemos perceber que houve uma massificação de culturas, influenciada pela diversidade desses grupos, originada a partir de um grande ramo cultural formado pelos Sudaneses. Quanto ao idioma, essa região a oeste da África foi dominada pela língua nigero-congolesa, formada por grupos que incorporavam cerca de 1.000 línguas, moldados por diferentes grupos etnoculturais, muitas vezes hostis entre si e que tiveram que conviver no mesmo espaço político e geográfico nos países que se formaram (OLIC, 2012).

Segundo Castro (1981), a formação cultural do continente teve influências das civilizações ocidental e islâmica, que estão intimamente relacionadas quando estudamos os conflitos ocorridos nas últimas duas décadas na África Ocidental. A autora expande afirmando que o norte do continente africano, em sua costa leste, pertence em sua grande maioria à civilização islâmica, da qual teve forte influência, em decorrência da invasão árabe no final do século VII. Nas demais regiões africanas, a colonização do homem branco europeu trouxe a civilização ocidental, levando o cristianismo para a maior parte do continente ao sul do Saara, nos séculos XV e XVI, sendo fortemente influenciada pelos europeus até o século XIX.

Segundo Olic (2012), a origem do islamismo no país remonta do Magreb, a partir do deslocamento muçulmano do norte do continente até a África Ocidental, tendo passando anteriormente pelo Saara. Em 2012 a religião mulçumana possuía o maior número de adeptos no continente africano, com um total de aproximadamente 45% de toda a população da África, sendo seguida pelo cristianismo, que contava com 40% do total de africanos como adeptos, ficando os 15% restantes da população distribuídos entre cultos tradicionais e tribais africanos e ateus. Além disso, a África ocupa o segundo lugar em número de muçulmanos no mundo, com aproximadamente 30% do total de seguidores do islamismo, dos quais cerca de 95 % seguem o rito sunita.

O autor afirma que a Costa do Marfim é um reflexo dessa característica multicultural africana, tendo cristãos e muçulmanos na composição de sua população de mais de 22 milhões de habitantes, divididos em 60 grupos étnicos diferentes, além dos imigrantes de países vizinhos, distribuídos em seu território em duas grandes regiões: a centro-sul, de clima tropical-úmido, que tem em sua maioria os marfinenses e cristãos; e a região norte, onde estão concentrados os “estrangeiros” e seguidores do islamismo (OLIC, 2012).

Essa política governamental, que considerava os “estrangeiros”, em sua maioria seguidores do islamismo, os chamados “não marfinenses”, incentivou uma rivalidade interna, aprofundada pela característica de diversidade étnica do país que acabou por gerar a eclosão da Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim, que abordaremos a seguir.

2.4 A Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim

No final do século XX, o país passou por uma série de conflitos internos que culminaram com a primeira Guerra Civil (2002-2004) originada por uma rebelião conduzida por militares discriminados etnicamente, seguido por um golpe de estado. Essas forças rebeldes ocuparam progressivamente parte do país ao norte, tendo a parte sul permanecido sob o controle

das forças do governo e o país ficou geograficamente dividido em dois, conforme apresentado na FIG. 3 (ANEXO C), por meio de uma zona de confiança que consistia de uma faixa de 600 km de comprimento e até 25 km de largura, que corria de leste a oeste do país, separando oficialmente a metade norte do país, controlada pelos rebeldes; e a metade sul, que permanecia sob o controle do governo. Essa divisão geográfica permaneceu por aproximadamente quatro anos, conforme apresentado na FIG. 4 (ANEXO C), quando houve uma reunificação do país a partir de 2007, sendo assinado um acordo de paz entre as forças rebeldes e o governo, tendo como uma de suas cláusulas a previsão de realização de novas eleições (DUARTE, 2011).

No entanto, observamos que a realização de novas eleições marcou o início de novos conflitos, materializado pelo antagonismo entre Ouattara e Gbagbo, iniciado quando esse utilizou como estratégia de fortalecimento político a ideologia da marfinidade, o que afetava diretamente Ouattara, pois impediu o mesmo de disputar as eleições presidenciais, visto que seus pais eram originários de outro país (BBC,2016). Ouattara foi primeiro-ministro no último período de governo Boigny, tendo se formado em economia nos Estados Unidos da América (EUA), possuindo uma longa carreira no Fundo Monetário Internacional (FMI), já havendo participado anteriormente de uma disputa pelo poder contra Henri Konan Bedie, apoiando o golpe que depôs o presidente em 1999. Podemos destacar que Ouattara teve sua origem política a partir do norte muçulmano da Costa do Marfim (BBC, 2016). Gbagbo⁹ nasceu e estudou na Costa do Marfim, formado em Filosofia e História, iniciou sua carreira na política em 1982, por meio de participações em movimentos trabalhistas e greves, tendo colaborado com a criação da Frente Popular Marfinense, tornando-se uma das principais figuras políticas do país, iniciando desde os anos 90 uma longa busca pela presidência do país, sulista, sendo seguidor da religião cristã (CNN, 2011).

⁹ Utilizaremos o nome “Gbagbo” sempre que nos referirmos a Laurent Gbagbo, educador e político, que alcançou a presidência da Costa do Marfim em 2000, perdeu a eleição presidencial em 2010 e se recusou a deixar o poder, sendo um dos pivots da Segunda Guerra Civil da Costa do Marfim.

Esse antagonismo canalizou o contexto de conflitos sociais, já em ebulição, provocados pela ideologia de marfinidade e o consequente surgimento do sentimento de xenofobia, manifestado inicialmente pela concepção dos nortistas como falsos marfinenses, e posteriormente agravada pelo segregacionismo étnico e religioso, visto que a maioria da população imigrante do norte do país era mulçumana, povoada majoritariamente pelas etnias Senufo, Mandé (Malinke, Dan, Gouro, Dioula) e os grupo Lobi, enquanto que a dita “verdadeiramente marfinense”, a sulista, predominantemente cristã, era povoada por Akan (Baoulé, Agni, Abron), Lagune (Ebrie, Adioukrou, Abbé, Atié), Krou (Krou, Bete, Guere) e outros grupos minoritários (BAH, 2010), conforme apresentado na FIG. 5 (ANEXO D).

Gbagbo, que havia conseguido alcançar a presidência no ano 2000 e permanecido no governo por 10 anos, tinha a firme intenção de manter-se nessa condição e, após a divulgação dos resultados favoráveis a seu adversário, reivindicou a vitória na eleição de 2010, alegando que a maioria de votos de Ouattara decorria de fraude na votação na região norte do país (BBC, 2016). A Organização das Nações Unidas (ONU) acompanhou o processo eleitoral e avaliou que essas irregularidades não tinham sido suficientes para impactar o resultado e desde então, a comunidade internacional, incluindo os Estados Unidos da América do Norte (EUA), a União Europeia (UE), a União Africana (UA) e órgão regional da CEDEAO, reconheceram a vitória de Ouattara. Gbagbo recusou-se a deixar o governo e mantinha-se no poder ajudado por sua milícia, mas isolado pela comunidade internacional (CNN, 2011).

Após a recusa do governo em admitir a derrota, seguiram-se quatro meses de impasse, e inicialmente Ouattara foi recolhido a um hotel perto do palácio presidencial, protegidos pelas tropas de paz da ONU representadas pela Missão das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI, na sigla em inglês), seguindo-se sangrentas lutas entre grupos armados a favor de Gbagbo e de Ouattara (BBC, 2016) o que foi utilizado como argumento para que tropas francesas tomassem o controle do aeroporto de Abidjan, com cerca de 1600 homens nesse

conflito, sob a alegação de que havia uma preocupação do governo francês com a segurança de seus cidadãos (DW, 2011).

Ouattara coordenou, com o apoio de suas forças e de tropas francesas, a invasão do palácio presidencial ao sul do país e a captura de Gbagbo em abril de 2011, transferindo-o em novembro de 2011 para ser julgado no Tribunal Penal Internacional de Haia, por acusações de crimes contra a humanidade (BBC, 2016).

Pelo que foi exposto nesse capítulo concluímos que os processos históricos que levaram a Costa do Marfim à situação de hostilidades tiveram início na Revolução Política Africana, no período pós-Segunda Guerra Mundial, quando observamos que uma grande parte dos territórios africanos localizados na África Ocidental foram absorvidos pela França, que ocupava colônias nessa região, conhecida como África Ocidental Francesa. Em meados dos anos 50, diante dos movimentos de independência, a França, que tinha como objetivo controlar essa descolonização, flexibiliza a autonomia, e em 1960, auge da Revolução Política Africana, a Costa do Marfim torna-se independente, sendo liderada por Boigny desde sua independência, por mais de três décadas, o qual manteve o país unido e próspero.

No entanto, no período pós-Guerra Fria, verificamos que o país passa por uma forte crise econômica e enfrenta seus primeiros problemas socioculturais graves, tensões étnicas e conflitos internos. O avanço desses conflitos etnoculturais na Costa do Marfim, na primeira década do século XXI, é influenciado pelas diferenças culturais entre os grupos antagônicos em meados da década de 90, esses conflitos sociais se agravam em virtude da ideologia de marfinidade. Em 2010, Gbagbo é derrotado nas eleições presidenciais para Ouattara. Seguiram-se os conflitos que inserem o país na Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim, no qual pudemos identificar as diferentes características culturais dos grupos antagônicos, o que nos remete a teoria do Choque de Civilizações de Huntington, razão pela qual a estudaremos no próximo capítulo, para verificar se é aplicável ao caso real.

3 A TEORIA DO CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES

A Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim foi um fenômeno social de entendimento complexo, envolvendo diferentes características culturais e diversidade étnica, reveladas nas identidades dos grupos antagônicos envolvidos no conflito.

Este capítulo visa focalizar os elementos da teoria do Choque de Civilizações, de Samuel P. Huntington¹⁰, que poderão se constituir em parâmetros de base para o desenvolvimento deste estudo, para permitir identificar se os pressupostos são adequados à realidade da Costa do Marfim. Objetivando uma análise regrada dessa teoria, estudaremos inicialmente as civilizações e os conflitos pós-Guerra Fria e destacaremos o contexto das relações internacionais em um mundo dividido entre civilizações. Em seguida estudaremos o Ressurgimento Islâmico, iniciado nos anos 70, dando ênfase nos fatos ocorridos nos anos 90, e em como o autor insere as características desse fenômeno em sua teoria e no contexto histórico pós-Guerra fria. Posteriormente analisaremos a reconfiguração cultural da política mundial segundo Huntington. Finalmente, abordaremos as guerras de linha de fratura a fim de identificarmos as características dos conflitos nas áreas geográficas de proximidade entre duas civilizações.

3.1 As Civilizações e os Conflitos pós-Guerra Fria

Em sua teoria do Choque de Civilizações, Huntington (1997) afirma que durante a Guerra Fria a política mundial se apresentava de forma bipolar, estando o mundo dividido em um grupo de estados ricos e democráticos, liderado pelos EUA e um outro grupo de sociedades comunistas mais pobres liderados pela União das Repúblicas Socialistas soviéticas (URSS).

¹⁰ HUNTINGTON, Samuel P. O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997.

Entre esses dois grupos liderados por EUA e URSS existia uma competição ideológica, política e econômica que por vezes alcançava o viés militar. Além desses dois grupos, o autor cita um terceiro, composto por países pobres em sua maioria, com pouca estabilidade política, situados no Terceiro Mundo¹¹, em que os estados tinham se tornado independentes recentemente, aonde ocorria a grande parte desses conflitos¹².

Huntington (1997) afirma que em decorrência do fim da Guerra Fria, no final da década de 80, as diferenças entre os povos seriam culturais e não mais políticas e econômicas, pois os integrantes desses povos se definiriam em termos de antepassados, história e religião, como tribos e grupos étnicos, utilizando a política para servir a seus interesses e para definir suas identidades.

O autor destaca ainda duas peculiaridades dessa transição pós-Guerra Fria. A primeira é que os atores basilares nas relações internacionais permanecem sendo os Estados, os quais continuam sua busca pelo poder e riqueza, no entanto esse comportamento passa a ser orientado também por características culturais, e que além disso, haverá uma transição dos três blocos existentes no período de Guerra Fria para agrupamentos de Estados em sete ou oito civilizações mundiais, dentre elas a Ocidental e Islâmica¹³. A visão de Huntington em relação a essa transição da política mundial no período pós-Guerra Fria é que haverá uma mudança orientada pelas linhas culturais e civilizacionais, em que os conflitos mais relevantes ocorrerão entre povos pertencentes a diferentes identidades culturais, substituindo aqueles que até então tinham causas predominantemente econômicas¹⁴.

Os Estados organizados por circunstâncias históricas e divididos por civilizações tem uma tendência a se dividir ou sofrer com problemas internos, segundo o autor,

¹¹ A expressão “Terceiro Mundo” surgiu na época da Guerra Fria, denominando os países que não estavam nem do lado dos EUA nem do lado da URSS, os chamados “não – alinhados” (Wallerstein, 2000).

¹² HUNTINGTON, 1997, p.20 e 21.

¹³ Ibidem, p.21.

¹⁴ Ibidem, p.21.

influenciados pela revitalização da religião que traz consigo uma contribuição as diferenças culturais, e, especificamente em relação aos Estados muçulmanos, há uma dificuldade de implementação da democracia evidenciada pela cultura islâmica¹⁵.

Esse cenário de diferenças que por vezes evolui para conflitos apresenta-se em uma fase de transformação nesse período pós-Guerra Fria. O autor afirma que houve um momento de euforia inicial, que criou uma expectativa utópica de paz e harmonia mundial, logo substituída pelo surgimento de novos conflitos étnicos¹⁶ e pela intensificação do fundamentalismo religioso¹⁷.

Podemos analisar então a relação entre as peculiaridades desse período de transição política e os novos aspectos observados nos conflitos, que podem ter sido motivados por diferenças culturais dos grupos envolvidos. Nessa análise podemos selecionar uma série de elementos que nos permitirão confrontar a situação histórica da Costa do Marfim no período pós-Guerra Fria, apresentada no capítulo anterior, com o material apresentado por Huntington, especificamente quanto a reconfiguração da política mundial, que passa a seguir linhas culturais e civilizacionais, com uma nova configuração de conflitos étnicos, entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais, em Estados organizados pelas circunstâncias históricas e divididos por civilizações. Cabe destacar ainda que nesse ponto da análise, observamos na Costa do Marfim as características apresentadas na teoria, quais sejam: sua organização histórica, que sofreu mudanças no período pós-Segunda Guerra Mundial; e o embate entre grupos antagônicos existentes no país, motivado por diferenças étnicas entre os grupos.

Analisaremos a seguir a associação desses conflitos ao conceito de Ressurgimento Islâmico e à intensificação do fundamentalismo religioso nesse período.

¹⁵ HUNTINGTON, 1997, p.28.

¹⁶ Ibidem, p.33.

¹⁷ O dicionário Michaelis define fundamentalismo como a crença na interpretação literal da Bíblia. **2 Rel** Crença na forma estritamente ortodoxa de uma religião, não admitindo ideias reformistas etc. **3 fig** Adesão a quaisquer doutrinas estritamente ortodoxas. O termo fundamentalismo religioso foi utilizado na pesquisa para referir-se especificamente ao aspecto religioso.

3.2 O Ressurgimento Islâmico

O autor define o Ressurgimento Islâmico como a “última fase do ajuste da civilização islâmica ao Ocidente”, um impulso para encontrar uma nova identidade, diferente daquela encontrada nas ideologias ocidentais, sendo balizado por meio do Islamismo¹⁸, como um movimento intelectual, cultural e político, havendo por parte do autor uma comparação da magnitude desse acontecimento a outros movimentos como as Revoluções Francesa (1789-1799) e Russa (1917). O Ressurgimento Islâmico é caracterizado pelo autor como uma negação à cultura ocidental e uma alternativa para que os muçulmanos tenham uma orientação cultural e religiosa própria e adequada ao mundo moderno, sendo inicialmente associado ao fundamentalismo islâmico, que é um dos componentes da renovação do pensamento e filosofia islâmica nesse impulso para encontrar uma nova identidade trazida por essa revitalização, e que apesar de fundamentalista não pertence à corrente extremista nesse movimento¹⁹.

Portanto, para nossa análise, é importante destacar nesse ponto a diferença entre fundamentalismo e o extremismo, conceitos que serão estudados juntamente com as análises nas próximas seções.

O autor afirma que, por apresentar em seu discurso político referências a uma visão de sociedade perfeita e um compromisso com as mudanças fundamentais, o Ressurgimento Islâmico guarda aspectos semelhantes ao marxismo, porém por apresentar também uma posição contrária às instituições religiosas existentes e defender um retorno para a religião vista de uma forma mais original e rígida, há uma similaridade maior entre as características desse movimento com a Reforma Protestante, ocorrida no século XVI, diferenciando-se dessa apenas pela dimensão geográfica de sua disseminação, consideravelmente mais expandida, tendo atingido quase todas as sociedades muçulmanas em todo o mundo²⁰.

¹⁸ HUNTINGTON, 1997, p. 135.

¹⁹ Ibidem, p. 135.

²⁰ Ibidem, p. 137.

Em relação a sua formação, o autor observa que esse movimento teve seu núcleo composto por intelectuais e estudantes, pessoas mais jovens, orientadas pela modernidade, como ocorre em grande parte dos movimentos revolucionários, compondo suas forças principalmente para as situações de embates e protestos²¹. Além desses jovens, o núcleo do movimento era nutrido por pessoas comuns de classe média urbana, como comerciantes e pequenos empresários. A terceira parte desse núcleo era integrada por migrantes urbanos, oriundos dos campos para as cidades, e que se inserem nessa população urbana em uma classe mais pobre, habitando áreas decadentes, onde eram oferecidos serviços sociais por organizações fundamentalistas islâmicas, situação em que eram recrutados²².

Em relação ainda ao perfil dos componentes desse movimento, Huntington (1997) enfatiza que a participação acentuada de jovens foi impulsionada por uma elevação da taxa de crescimento populacional nos países islâmicos, conforme apresentado no GRÁF. 1 (ANEXO E), sendo esse crescimento comparativamente maior do que o observado no restante do mundo no mesmo período, o que deixou como consequência a perspectiva de que as populações muçulmanas serão compostas predominantemente por jovens, os quais manterão as características de habitar áreas urbanas e de possuírem nível de escolaridade média ou superior. O autor complementa que essa característica demográfica do movimento acarreta em consequências políticas notáveis, como a participação massiva de jovens nos protestos, golpes, e demais ações revolucionárias, que serão conduzidas ao longo desse fenômeno, notoriamente compostas por essa juventude do Islã, destacando, por outro lado, que esses jovens irão compor também os movimentos políticos fundamentalistas islâmicos²³.

Em relação ao crescimento da população do Islã, Huntington (1997) afirma que uma importante consequência desse aumento populacional é o fato de que haverá uma tendência

²¹ HINTINGTON, 1997, p. 138 e p.139.

²² Ibidem, p.140.

²³ Ibidem, p.145

de maior necessidade de recursos. A consequência direta dessa necessidade será a mobilização desses grupos em busca desses recursos.

Outro ponto destacado pelo autor e que devemos ressaltar para a análise é a reação dos governos dos Estados de caráter islâmico diante desse fenômeno. Há uma avaliação de que deve haver um incentivo ao movimento e seus símbolos, por meio do fomento das instituições, condutas islâmicas e pela identificação de seus regimes junto ao Islã, seja pelas vias sociais, seja pela legislação, visto que havia uma ratificação do cunho original islâmico de suas sociedades²⁴.

Em relação ao Ressurgimento Islâmico, podemos concluir que houve uma influência na Costa do Marfim sob dois aspectos principais. O primeiro envolve a postura inicial de imparcialidade diante desse movimento, visto que o país gozava de uma relativa tranquilidade política e de convívio pacífico entre os grupos étnicos e religiosos diferentes nesse período, não havendo interferência oficial do governo no movimento islâmico e suas instituições, sendo essa inclusive a política de respeito a heterogeneidade do governo Boigny. O segundo aspecto a ser analisado é o fato de o governo ter incentivado a migração no país sem levar em conta as características dos grupos migratórios, e que, posteriormente, diante da crise econômica enfrentada pelo país, teve como consequência a intensificação das hostilidades entre os grupos migrantes influenciados pelo movimento fundamentalista religioso islâmico e os que habitavam originalmente os territórios destinos dessa migração, tratando-se de grupos étnicos diferentes.

Após estudarmos o Ressurgimento Islâmico e as características desse movimento que podem ter influenciado os conflitos, dentre os quais a Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim, analisaremos a reconfiguração cultural da política mundial segundo Huntington, associada a teoria do Choque de Civilizações.

²⁴ HUNTINGTON, 1997, p. 142 e p.143.

3.3 A Reconfiguração Cultural da Política Mundial

O período pós-Guerra Fria é caracterizado por uma série de mudanças motivadas pela renovação e pela busca de novos agrupamentos, em que “a política mundial está sendo reconfigurada segundo linhas culturais” conforme explicitado por Huntington (1997):

Os povos e os países com cultura parecida estão se juntando. Os povos e países com culturas diferentes estão se afastando. Os alinhamentos definidos pela ideologia e pelos relacionamentos de superpotências estão dando lugar aos alinhamentos definidos pela cultura e pela civilização. As fronteiras políticas estão cada vez mais sendo redesenhadas para coincidir com as fronteiras culturais: étnicas, religiosas e civilizacionais. As comunidades culturais estão substituindo os blocos da Guerra Fria, e as linhas de fratura entre as civilizações estão se tornando as linhas fundamentais de conflito na política mundial (HUNTINGTON, 1997, p.153).

Nesse período de intensas mudanças, o aspecto principal apresentado pelo autor em relação a aproximação ou afastamento entre os Estados é a identidade cultural, utilizando cinco argumentos para esclarecer um possível questionamento sobre essa afirmação de que essa identificação pode levar a cooperação entre os povos, no caso de aspectos culturais em comum, ou aos conflitos, nos casos em que haja diferenças entre as culturas desses povos.

O primeiro argumento é de que os povos têm identidades múltiplas como parentesco, cultura e território, e que chegaremos a eventualidade de decisão de uma dessas identidades caso haja conflito entre elas e nessa situação a opção será pela identidade cultural mais ampla, suplantando aquela observadas nos níveis inferiores de relacionamento interpessoal, que pode, no entanto, reforçar essa identificação superior no grupo²⁵.

O segundo argumento utilizado pelo autor é a modernização socioeconômica, observada no período, que provoca uma necessidade de identificação entre as sociedades não ocidentais, em virtude do maior poder que lhe fora atribuído, impulsionando a “revitalização das identidades e culturas autóctones”²⁶.

²⁵ HUNTINGTON, 1997, p. 157.

²⁶ *Ibidem*, p. 158.

O terceiro argumento é de que a identificação só pode ser feita em relação a uma outra identidade de civilização diferente, o que orienta o comportamento de comparação realizada por determinado indivíduo, entre o grupo a que pertence e um outro grupo, onde sua escolha é movida pelo sentimento de superioridade, receio e falta de confiança, dificuldades de comunicação e falta de identificação com suas práticas sociais²⁷.

O quarto argumento apresentado pelo autor está relacionado a própria natureza das hostilidades²⁸, ocasião em que podemos recorrer a Freund (1995) que define o conflito como um embate ostensivo entre dois indivíduos ou grupos, com característica hostil, e em geral associado a um pressuposto de direito das partes, sendo motivado pelo anseio de manter, afirmar ou restabelecer esse e os conflitos entre os grupos envolvendo questões culturais abrangem uma escolha entre o sim e não, sendo caracterizados por uma opção entre duas posições antagônicas ao extremo, em que uma decisão conciliadora dificilmente poderá ser negociada, ao contrário do que acontece, por exemplo, quando há diferenças em termos de interesses materiais.

O quinto e último argumento está associado também a sociologia do conflito e de sua natureza intimamente relacionada ao ser humano, onde o autor enfatiza que as “as pessoas precisam de inimigos” e que “naturalmente desconfiam daqueles que são diferentes”²⁹.

Diante desses argumentos concluímos que nessa reconfiguração da política mundial os conflitos podem apresentar suas origens nas diferenças culturais entre os grupos antagônicos. Especificamente no conflito na Costa do Marfim, identificamos aspectos que podem ser relacionados aos argumentos apresentados por Huntington, pois envolvem grupos de diferentes etnias, caracterizados por posições e questões culturais antagônicas, onde não houve possibilidade de negociação ou de conciliação, em um cenário de mudanças socioeconômicas, havendo um embate entre a identificação com a sociedades ocidental e não ocidental.

²⁷ HUNTINGTON, 1997, p.260.

²⁸ Ibidem, p.260.

²⁹ Ibidem, p. 260.

3.4 As Guerras de Linha de Fratura

Nesse novo contexto pós-Guerra Fria, Huntington (1997) afirma que as diversidades culturais apresentadas pelos países com variados grupos étnicos e religiosos em sua composição demográfica acarretam na divisão desses grupos, em virtude do peso dessas diferenças na política interna desses países, e a medida que essa divisão se expande, as diferenças entre esses grupos podem escalar para o nível de conflito. Essa divisão torna-se ainda mais intensa quando as diferenças culturais estão sobrepostas às disposições geográficas desses grupos no país, e nos casos extremos, quando a coexistência é compulsória, essa divisão pode resultar em genocídios ou migração forçadas. A linha que divide territorialmente esses dois grupos de diferentes civilizações no país é chamada de linha de fratura.

O autor enfatiza que os vínculos entre grupos de diferentes civilizações são definidos como frios e hostis, variando de distanciados a violentos, podendo ser categorizados como “*paz.fria*”³⁰, guerra fria, guerra comercial, quase guerra, paz difícil, relações conturbadas, rivalidade intensa, coexistência competitiva, corrida armamentista³¹.

Huntington (1997) afirma que as civilizações são as últimas modalidades de tribos humanas e o choque das civilizações é o conflito tribal numa escala mundial e destaca que o choque de civilizações pode ocorrer de duas maneiras. A primeira, no nível local, em que os conflitos observados nas linhas de fratura podem se dar dentro do mesmo Estado ou entre grupos que estão almejando a criação de um novo Estado. A segunda, no nível global, os conflitos podem ocorrer entre os Estados dessas civilizações. Nos conflitos que ocorrem dentro de um mesmo Estado, os grupos podem estar localizados em áreas geográficas diferentes e separadas.

³⁰ Paz fria foi a expressão utilizada por Boris Yeltsin para caracterizar o tipo de relação desenvolvida entre a Rússia e Ocidente no período de seu governo (1991-1999) (Huntington, 1997).

³¹ HUNTINGTON, 1997, p. 169.

Quando os vínculos entre esses grupos de diferentes civilizações assumem caráter violento, em relações de rivalidade intensa e coexistência competitiva, no nível local e com um caráter comunitário, há um conflito que é definido pelo autor como guerras de linha de fratura. e as características observadas nas guerras de linha de fratura foram comparadas com as que são identificadas nas guerras comunitárias em geral³².

Diante desses tipos de conflitos apresentados na teoria, para concluirmos se a Segunda Guerra Civil da Costa do Marfim poderia ser enquadrada como um conflito na linha de fratura, devemos fazer uma análise de suas características, avaliando se ocorreu de forma interna, dentro de um mesmo Estado, no nível local, e entre grupos de diferentes civilizações.

Em relação a duração, Huntington (1997) afirma que esses conflitos são prolongados, e que quando ocorrem internamente no Estado, entre grupos de civilizações diferentes, duram em média seis vezes mais do que a guerra entre Estados, assumindo as características citadas anteriormente, nos cinco aspectos que o autor utiliza como argumento para esclarecer um possível questionamento sobre sua afirmação de que a identificação pode levar aos conflitos, nos casos em que há diferenças entre as culturas desses povos, quando os conflitos são de difícil resolução por meio de negociações ou conciliações, exatamente por conta dessa diferença de identidade e até mesmo de ódio entre as culturas. Em virtude dessa característica, o conflito pode ser interrompido temporariamente e substituído por hostilidades veladas, no entanto, como os motivos originários não são extintos, a violência poderá voltar a ocorrer de forma intensa e esse prolongamento pode acarretar em um grande número de baixas.

O autor afirma também que as guerras de linha de fratura quase sempre são conduzidas entre povos de etnias e religiões diferentes e que são travadas entre os dois grupos culturais majoritários na população, havendo uma bipolaridade no conflito entre essas duas partes antagônicas, que até podem receber o apoio de outros grupos minoritários afins,

³² HUNTINGTON, 1997, p.260.

destacando ainda que, historicamente, nas guerras de linha de fratura, em todos os lugares pesquisados, as relações antagônicas têm sido entre os muçulmanos e povos de outras civilizações, e que, especificamente na África, os conflitos têm envolvido muçulmanos e cristãos, tornando-se por vezes violentos³³.

O padrão de desenvolvimento das guerras de linha de fratura é apresentado na obra como um organismo de vida própria, que de forma geral segue uma sequência após seu surgimento, passando por uma intensificação, crescimento, podendo ser interrompido por uma trégua, ressurgir e que apresenta grande dificuldade para chegar a uma solução, como vimos anteriormente. No entanto, essa sequência pode ser resumida como sendo processo de ação e reação, pois a medida que a violência aumenta, a coesão e a dedicação do grupo evoluem na mesma proporção³⁴.

Na teoria constatamos que os líderes políticos ampliam o clamor à lealdade étnica e religiosa nesse tipo de conflito, destacando-as em comparação a outras identidades culturais e a distinção entre as forças que representam o bem e o mal. Nesse ponto os moderados, com anseios mais modestos são sobrepujados pelos radicais que buscam alcançar seus objetivos pelo uso da violência. Porém o autor avalia que essa violência extremista não tem maior possibilidade de encerrar a guerra do que a moderada, visto que com o decorrer das hostilidades e diante do aumento da destruição e do número de mortos, a influência da opinião dos moderados pode levar as negociações para o término do conflito³⁵.

No decorrer desse processo da guerra de linha de fratura, a identidade majoritária definida pela religião passa a predominar, minimizando as identidades menos influentes e os grupos envolvidos no conflito podem buscar apoio na comunidade religiosa ou civilizacional afeta aos seus interesses, como em um exemplo apresentado pelo autor, em um eventual conflito

³³ HUNTINGTON, 1997, p.324.

³⁴ Ibidem, p.338.

³⁵ Ibidem, p.338 e p.339.

entre duas tribos africanas definidas como muçulmana e cristã respectivamente, a primeira poderia buscar apoio no Islã, enquanto que a segunda poderia recorrer ao apoio ocidental. Na realidade, quanto a esse fortalecimento de identidades, o autor afirma que acontece com mais força entre os muçulmanos, que independente da origem do conflito, à medida que as hostilidades se desenvolvem, rapidamente buscam o apoio de todo o Islã³⁶.

Huntington (1997) afirma que em uma guerra de linha de fratura, cada grupo tem seus motivos para defender sua identidade, pois cada lado avalia que o combate não é contra um grupo étnico rival local, mas contra outra civilização, ampliando o grau da ameaça e as consequências de uma possível derrota.

Essa “guerra local passa a ser definida como uma guerra de religiões, um choque de civilizações, pleno de consequências para enormes segmentos da Humanidade”³⁷.

O autor destaca que as guerras de linha de fratura, que são de difícil conciliação, podem ser resolvidas por meio da participação de uma terceira parte nas negociações, quais sejam: partes secundárias ou terciárias interessadas, que tenham uma legitimidade nessa cultura, tendo a confiança de ambas as partes, e que pode buscar uma conciliação nesses mesmo valores e identidades culturais; e não por indivíduos, grupos ou organizações desinteressadas³⁸.

Mahbubani (1994) critica Huntington, afirmando que há uma aversão sistemática diante da civilização islâmica, em virtude de atentados direcionados aos EUA, a partir dos quais os americanos começaram a ser influenciados por um desvario europeu sobre o Islã, percebido como uma força obscura que paira sobre uma civilização cristã virtuosa, sendo de até certo ponto irônico a alegação de que o Ocidente deva cada vez mais temer o Islã quando diariamente os muçulmanos são lembrados de sua própria fraqueza. Tal fato fica evidenciado nos últimos

³⁶ HUNTINGTON, 1997, p.340.

³⁷ Ibidem, p.344.

³⁸ Ibidem, p.345.

conflitos entre muçulmanos e forças pró-ocidentais, em que os muçulmanos são derrotados sem problema, sejam eles palestinos, iraquianos, iranianos ou muçulmanos bósnios.

O autor afirma que o mundo islâmico não está prestes a unir-se em uma única força e que poucos estão cientes de que o Ocidente é o próprio responsável por agravar essa turbulência entre os milhões de pessoas que vivem em civilizações islâmicas. As vendas de armas estadunidenses para a Arábia Saudita não sugerem uma conexão cristã-islâmica natural e, da mesma forma, a venda de armas chinesas para o Irã não deveria representar uma conexão entre civilizações que cause preocupações, pois ambos são movimentos oportunistas, que não representam alianças civilizacionais. O mundo islâmico terá grande dificuldade de modernização, porém há evidências de que esse momento chegue futuramente, e essa turbulência pode transbordar para o Ocidente, pois há uma tendência de que com a modernização esse mundo islâmico alcance a paridade com o Ocidente (MAHBUBANI, 1994).

Podemos concluir que os elementos apresentados na teoria de Huntington permitem uma análise do pressuposto de que as diferenças culturais entre as civilizações poderiam ser os principais fatores motivadores dos conflitos na Costa do Marfim, em virtude da relação entre os aspectos caraterísticos do período pós-Guerra Fria os observados nesse conflito e as diferenças culturais dos grupos envolvidos.

Além disso, concluímos que o Ressurgimento Islâmico é encarado inicialmente com imparcialidade pelo governo da Costa do Marfim, em virtude da situação de estabilidade e tranquilidade política no país. A postura foi a de não interferir na difusão da cultura islâmica no país, não havendo incentivo oficial por parte do Estado. No entanto, posteriormente houve a adoção de políticas de governo que acabam por interferir nesse balanceamento, como visto no incentivo à migração no país, que não levou em conta as características dos grupos migratórios, acarretando no agravo das hostilidades entre os grupos étnicos diferentes.

Podemos concluir também que a reconfiguração da política mundial passa a seguir linhas culturais e civilizacionais, conforme apresentado na teoria de base, com uma reorientação dos conflitos étnicos, entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais, características observadas na Costa do Marfim, quer pela sua organização histórica no período pós-Segunda Guerra Mundial, quer pelo embate entre os grupos antagônicos existentes no país, motivado por diferenças étnicas entre os grupos.

Apesar de alguns autores como Mahbubani apontarem que há uma aversão sistemática diante da civilização islâmica, afirmando que não haveria uma união do mundo islâmico, apontando o Ocidente como o próprio responsável por agravar as hostilidades entre os grupos que vivem em civilizações islâmicas, no caso específico da Costa do Marfim parece que Huntington tem seus preceitos identificados pela configuração dos elementos apresentados ao longo desta pesquisa.

Assim, após estudarmos a teoria do Choque das Civilizações, em que pudemos identificar elementos para a base e desenvolvimento desta pesquisa, prosseguiremos com a análise e utilizaremos esses elementos no próximo capítulo para realizarmos o confronto dessa teoria com a realidade encontrada na Costa do Marfim, tendo como objetivo a análise do conflito.

4 ANÁLISE DO CONFLITO

No capítulo 2, vimos que a Costa do Marfim passou por um período de estabilidade política e social pós-independência, liderada por Boigny, que manteve o país unido por mais de três décadas, mesmo com toda a sua diversidade étnica. Após a morte de Boigny, no período pós-Guerra Fria, o país enfrentou problemas socioculturais graves, tensões étnicas e conflitos internos, que afloraram de forma violenta. Esses conflitos etnoculturais avançaram pela primeira década do século XXI, sendo agravados pela ideologia de marfinidade e por diversidades étnicas e religiosas no país. Após um período em que o conflito permaneceu adormecido, houve um retorno das hostilidades em virtude da permanência do discurso xenófobo e das posições irredutíveis entre os grupos antagônicos. Em 2010, eclode a violência na Segunda Guerra Civil, decorrente da realização de eleições presidenciais nas quais não houve a observância dos resultados obtidos pelo sufrágio universal.

Analisaremos neste capítulo se o conflito na Costa do Marfim pode ser explicado pela teoria do Choque das Civilizações de Samuel P. Huntington. Para obtermos uma análise consolidada, estudaremos inicialmente o pressuposto de que a Costa do Marfim é dividida por uma linha de fratura. A confirmação desse pressuposto caracterizaria que os grupos antagônicos, ocupantes dessas regiões formadas após a divisão do território, fazem parte de diferentes civilizações. Em seguida, analisaremos as particularidades observadas na Segunda Guerra Civil da Costa do Marfim a fim de identificarmos quais características podem confrontadas àquelas apresentadas por Huntington em sua teoria, peculiares as guerras de linha de fratura.

4.1 A Linha de Fratura na Costa do Marfim

A presença de diferentes civilizações coexistindo em um mesmo território, onde cada civilização ocupa uma das regiões bipartidas em que o país foi dividido, seria a condição

para a existência de uma linha de fratura na Costa do Marfim, conforme apresentado na teoria. Nesse pressuposto, as relações entre esses dois grupos podem oscilar entre períodos de maior ou menor hostilidade, no entanto nunca serão pacíficas.

Durante a análise constatamos que o país ficou geograficamente dividido em dois, por meio de uma zona territorial que consistia de uma faixa de 600 km de comprimento e até 25 km de largura, que corria de leste a oeste do país, separando oficialmente a metade norte do país, controlada pelos rebeldes, que representariam a civilização islâmica, e a metade sul que permanecia sob o controle do governo, representando a civilização ocidental. Em relação ao Ressurgimento Islâmico, a teoria base destaca que a sociedade islâmica observa os laços de solidariedade e identidade individuais, os quais seriam mais fortes em um nível superior, mais amplo, representado pelo grupo, seja por sua tribo ou etnia, o que identificaria na visão do autor a existência de diferentes civilizações.

Especificamente em relação a civilização islâmica, esse sentimento de identificação dos indivíduos de um grupo pela religião pode variar de acordo com as etnias, pois enquanto alguns muçulmanos viviam de maneira harmoniosa e convivendo pacificamente com outros credos, outros seguidores do Islã agiam de forma conflituosa, e o zelo religioso excessivo voltava-se para a militância política (BLAINEY, 2011).

Ainda em relação a identificação de diferentes civilizações, a teoria estudada anteriormente expõe que a religião seria o principal diferencial entre os indivíduos. Esses laços de identidade entre os grupos de mesma etnia, associado à adoção de uma mesma religião, sendo nesse caso específico a islâmica, poderia alcançar o nível civilizacional.

Concluimos que o contexto histórico conflituoso desde o período pós-Guerra Fria, que acarretou na divisão do território da Costa do Marfim, decorrente das hostilidades entre os dois grupos antagônicos, associados às diferenças étnicas e religiosas observadas na população, denota a existência de duas diferentes civilizações ocupando cada uma as delas as regiões em

que o país foi dividido, confirmando o pressuposto da existência de uma linha de fratura na Costa do Marfim, indo de encontro a teoria apresentada por Huntington.

Analisaremos a seguir as particularidades observadas na Segunda Guerra Civil da Costa do Marfim a fim de identificarmos quais características podem ser associadas às apresentadas por Huntington em sua teoria, peculiares às guerras de linha de fratura.

4.2 Análise do Conflito na Linha de Fratura na Costa do Marfim

Nessa divisão territorial da Costa do Marfim em duas partes, por meio de uma zona de confiança que corria de leste a oeste do país, a parte norte ficou sendo controlada pelos rebeldes, influenciados pelo Islã, onde estavam a maioria dos “estrangeiros”, e a parte sul, de maioria “marfinense” e cristã, permanecia sob o controle do governo.

Na teoria base, Huntington (1997) afirma que o choque de civilizações pode ocorrer no nível local, e os conflitos observados na linha de fratura podem se dar dentro do mesmo Estado e que os grupos podem estar localizados em áreas geográficas diferentes e separadas, caracterizando uma guerra de linha de fratura. O autor compara as características desse tipo de guerra com as que são identificadas nas guerras comunitárias em geral, tais como alto grau de violência, longa duração, diferenças ideológicas, sendo quase sempre religiosas.

A Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim demonstra as ligações implícitas entre poder, etnia e cidadania e a situação encontrada no contexto histórico dos conflitos no país está relacionada também ao fracasso da existência de uma filosofia de governo que unificasse as culturas e criasse uma identidade para o povo, evitando o surgimento e posterior crescimento de hostilidades entre os grupos com fortes diferenças culturais e que poderiam buscar uma libertação étnica. O governo tinha uma suposição de que seus indivíduos eram cidadãos e que não dependiam de ligação por laços étnicos, e tinha esperança de que a democracia colaborasse para resolver a crise sociocultural, vivida desde o período pós-Guerra Fria. No entanto, o que

poderia ter se materializado pelas eleições em 2010 revelou a ausência de identidade única do povo da Costa do Marfim. A transição democrática expôs politicamente sentimentos étnicos nocivos, revelando o subdesenvolvimento da cidadania. A existência dos “marfinenses” e “não marfinenses”, sul e norte, cristãos e muçulmanos, são um exemplo de que um Estado não pode ser consolidado somente em termos de democracia e nem de território, mas também em termos de unidade cultural (BAH, 2010).

A Costa do Marfim sofreu por muitos anos profundos problemas de desigualdades étnicas que tornaram os conflitos internos frequentes e violentos. Essas diferenças são originadas desde a época da colonização, quando a região tinha muitos territórios e povos diferentes. Os povos do norte eram em sua maioria muçulmanos, intimamente ligada às redes comerciais islâmicas e círculos acadêmicos baseados no Sahel e no alongamento através do Saara. Os reinos do Sudeste, pelo contrário, eram de religião tribal, e suas ligações estavam muito mais próximas aos comerciantes europeus. As sucessivas políticas de governo desde a independência, com exceção do período de estabilidade alcançado por Boigny, não conseguiram resolver esse problema de desenvolvimento desequilibrado de uma identidade nacional, o que é um agravante em países divididos por um grande número de grupos étnicos. No período pós-Guerra Fria, as diferenças religiosas se exacerbaram e o norte do país torna-se predominantemente muçulmano, enquanto o sul tornou-se principalmente cristão. No entanto, a etnia continuava a ser muito mais importante, pois quando a competição pelo poder envolveu os grupos étnicos, as consequências foram materializadas em um conflito aberto, seguindo as divisões geográficas dessas etnias que coincidiram com a divisão do país (KAPLAN, 2012).

Dessa forma, concluímos que a coexistência entre os grupos de elevada diversidade étnica e diferentes religiões foi o suficiente para que conflitos se manifestassem, tal como Huntington aborda em sua teoria, decorrente da diferença cultural entre os diversos grupos que formaram a população da Costa do Marfim, resultante dos processos históricos, que não levou

em conta essas diferenças, impondo a coexistência desses diferentes grupos culturais em um mesmo território.

O alto grau de violência é outra característica das guerras de linha de fratura, e segundo Huntington (1997), quando os vínculos entre esses grupos de diferentes civilizações assumem caráter violento, em relações de intensa hostilidade, com dificuldades de coexistência pela competitividade nesse nível local, esta é uma das características da guerra de linha de fratura.

A contestação do resultado das eleições realizadas em 2010 aumentou a tensão política e a violência, provocando várias mortes na Costa do Marfim, em decorrência do fato de Gbagbo não concordar com o resultado das eleições, mesmo depois da avaliação de lisura em todo o processo, conduzida por representantes da ONU e demais organizações regionais que participaram no acompanhamento do processo eleitoral (COOK, 2010).

Segundo Cook (2010), logo após a divulgação do resultado das eleições, o então Presidente Gbagbo e sua administração foram alvos de intensa pressão diplomática internacional, seguida de ações militares, com o objetivo de forçá-lo a admitir a derrota na eleição e transmitir o poder a Ouattara. Essa situação evoluiu negativamente e a violência escalou para confrontos armados entre as forças de segurança, que supostamente incluíam a maior parte das forças militares e policiais nacionais, em favor de Gbagbo, e a ala militar dos rebeldes, chamados de “Forças Novas”, em favor de Ouattara. Houve também uma onda de execuções extrajudiciais, abusos dos direitos humanos por parte das forças de segurança do Estado, durante as operações para reprimir manifestações públicas, e também por parte dos apoiadores de Ouattara, bem como ataques e sequestros de partidários de ambos os grupos, realizados por homens não identificados armados, descritos como “esquadrões da morte”.

Huntington (1997) afirma que em relação a duração, as guerras de linha de fratura são mais longas do que as guerras tradicionais, e que quando ocorrem internamente no Estado,

entre grupos de civilizações diferentes, duram mais do que a guerra entre Estados. Tal fato deve-se em parte as diferenças culturais entre os grupos antagônicos, sendo de difícil resolução por meio de negociações ou conciliações, por conta dessa disparidade de identidade e até mesmo de ódio entre as culturas. O conflito pode ser interrompido temporariamente e substituído por hostilidades veladas, porém, como os motivos que os originaram não são extintos, a violência volta a ocorrer de forma intensa e esse prolongamento pode acarretar em um grande número de baixas, incrementado pelo caráter violento da guerra da linha de fratura.

As tensões entre a população imigrante e os “marfinenses” na Costa do Marfim remontam do período pós-Guerra Fria e, desde então, sucessivos governos têm lidado com essa hostilidade entre esses os grupos antagônicos. Acrescenta-se a essa dicotomia as diferenças culturais entre os não-muçulmanos e muçulmanos. Os conflitos atuais na Costa do Marfim são em grande parte o resultado de um confronto de longa duração entre esses grupos bipolares do norte e sul, muçulmanos e cristãos. Os rebeldes tinham base no norte do país, com grande representatividade muçulmana, liderados por Ouattara, cujos pais eram imigrantes na Costa do Marfim e originários de Burkina Faso. As forças de governo, representavam os “marfinenses” não-muçulmanos tradicionais, liderados por Gbagbo, no poder de 2000 a 2010. Desde a primeira Guerra Civil, que eclodiu no país em 2002, os rebeldes desafiavam o governo por meio da violência e atrocidades, porém exageros foram cometidos por ambas as partes, ao longo de quase uma década (PLAUT, 2011).

Huntington (1997) afirma que quanto ao padrão de desenvolvimento, as guerras de linha de fratura seguem, de forma geral, uma sequência de surgimento, intensificação, podendo ser interrompido por uma trégua, ressurgimento e que há uma grande dificuldade para chegar a um final, podendo ser um processo de ação e reação, pois a medida que a violência aumenta, a coesão e a dedicação do grupo evoluem na mesma proporção.

Segundo Plaut (2011), os conflitos se intensificaram e perduraram por anos, desde a primeira Guerra Civil, e somente em 2007, um acordo de partilha de poder, entre os dois lados principais do conflito, entrou em vigor e garantiu uma trégua temporária, e que não interromperia o conflito por muito tempo, pois em 2010, quando as eleições foram finalmente realizadas, e Gbagbo se recusou a aceitar esses resultados, o conflito, que encontrava-se adormecido, eclodiu mais uma vez na Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim, envolvendo os mesmos grupos antagônicos.

A teoria mostra que nesse tipo de conflito os líderes políticos ampliam o clamor à lealdade étnica e religiosa, destacando-as em comparação a outras identidades culturais. No decorrer desse processo da guerra de linha de fratura, a identidade majoritária definida pela religião passa a predominar, minimizando as identidades menos influentes e os grupos envolvidos no conflito podem buscar apoio na comunidade religiosa ou civilizacional afeta aos seus interesses, acontecendo com maior intensidade entre os muçulmanos, que independente da origem do conflito, à medida que as hostilidades se desenvolvem, rapidamente buscam o apoio de todo o Islã. O autor afirma que historicamente, nas guerras de linha de fratura, em todos os lugares pesquisados, as relações antagônicas têm sido entre os muçulmanos e povos de outras civilizações, e que, especificamente na África, os conflitos tem envolvido muçulmanos e cristãos (HUNTINGTON, 1997).

No período pós-Guerra Fria, as tensões políticas surgiram, estimuladas por um período de crise e competição social em termos de identidade étnica e religiosa. As grandes populações, divididas ao norte pelos trabalhadores imigrantes, em sua maioria muçulmanos, e os “marfinenses” cristãos residente no sul. Havia uma crescente resistência por parte dos sulistas e do Estado quanto à plena participação desses nortistas na vida cívica e cidadania do País, gerando rivalidades, que se intensificaram após a morte de Boigny, que sempre procurou equilibrar a convivência entre esses dois grupos. Seu sucessor, Henri Konan Bédié, utilizou a

ideologia da “marfinidade” para tentar manter o poder, aproveitando-se dessas divisões para conseguir apoio político. Essa ideologia xenófoba, que definiu os sulistas como “autênticos marfinenses”, colocava em uma parte segregada da sociedade os nortistas e imigrantes. Acrescentado a essa segregação estava o fato de que o norte do país tinha sua maioria da população formada por seguidores do Islã, identificados nos diferentes grupos étnicos, formando uma coesão de maior intensidade em decorrência da segregação sulista, de maioria cristã (COOK, 2011).

Huntington (1997) afirma que os conflitos de linhas de fratura poderiam envolver grupos que habitam áreas geograficamente separadas no mesmo Estado, o que indicaria que um dos grupos estaria lutando por independência.

Essa distinção geográfica foi verificada na divisão do território, liderada pelos rebeldes do norte, considerando que a ocupação teve origem na identificação entre as diferentes etnias e religiões relacionada aos grupos que ocupação aquela região e espaço geográfico, contando com a legitimidade obtida junto à população local em cada território, havendo a indicação de que esse conflito tenha tido também o objetivo de segregação de uma parte do Estado (BAH, 2010).

A teoria reforça que na guerra de linha de fratura os moderados possuem anseios mais modestos e por isso são sobrepujados pelos radicais que buscam alcançar seus objetivos pelo uso da violência. Isto vai de encontro ao que foi apresentado por Galula (1964) em sua obra, quanto a forma de obtenção de legitimidade ao movimento, sendo o ataque às lideranças moderadas uma das fases da luta de insurgência. Há uma unificação dos objetivos por meios pacíficos em torno das lideranças antagônicas. Identificamos também a implantação do terror por ambas as partes para aumentar suas áreas de influências e manter a integridade nos territórios que dominam.

As guerras de linha de fratura, que são de difícil conciliação, podem ser resolvidas por meio da participação de uma terceira parte nas negociações. A violência extremista não tem maior possibilidade de encerrar a guerra do que a moderada, no entanto, no decorrer das hostilidades e diante do aumento da destruição e do número de mortos, a influência da opinião dos moderados pode levar as negociações para o término do conflito (HUNTINGTON, 1997).

A autoridade francesa teve forte influência na negociação do fim das hostilidades. Após a recusa de Gbagbo em admitir a derrota e diante do impasse, Ouattara foi protegido pelas tropas de paz da UNOCI, havendo intensa atuação das francesas com cerca de 1600 homens, sob a alegação de que havia uma preocupação do governo francês com a segurança de seus cidadãos, reorganizando a dinâmica de poder de toda a região, em favor de Ouattara. Portanto, houve uma mobilização internacional materializada pelas ações da França para apoio ao presidente eleito, e apesar de não haver uma formalização do apoio de nações árabes ou islâmicas para apoio às ações do grupo, publicamente, houve apoio de movimentos rebeldes dos Estados do entorno, de origem muçulmana, para as forças do norte (CNN, 2011).

Podemos concluir que o Ressurgimento Islâmico contribuiu para a criação de uma identidade entre os diferentes grupos étnicos encontrados no norte do país, mesmo não havendo uma política de Estado que interferisse incentivando a disseminação dessa cultura no país, que foi porém incrementada posteriormente, de forma involuntária, pela adoção de políticas de incentivo à imigração no país, que não levaram em conta as características dos grupos migratórios, acarretando no agravamento das hostilidades entre os grupos étnicos diferentes. Conforme apresentado na teoria, a reconfiguração da política na Costa do Marfim, passou a seguir linhas culturais e civilizacionais, com uma reorientação dos conflitos étnicos, entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais, quer pela sua organização histórica no período pós-Segunda Guerra Mundial, quer pelo embate entre os grupos antagônicos existentes no país, motivado por diferenças étnicas entre os grupos.

Assim, após analisarmos o conflito, concluímos que a Costa do Marfim é dividida por uma linha de fratura, onde os grupos antagônicos ocupantes dessas regiões bipartidas, formadas após a divisão do território, fazem parte de diferentes civilizações, e as características observadas na Segunda Guerra Civil podem ser associadas àquelas apresentadas por Huntington em sua teoria, sendo peculiares às guerras de linha de fratura, sendo possível identificar nesse conflito elementos que nos conduzem a conclusão de que o mesmo ocorreu entre povos pertencentes a diferentes culturas, podendo ser explicado por meio da teoria do Choque de Civilizações de Samuel P. Huntington

5 CONCLUSÃO

As origens dos conflitos na Costa do Marfim remontam ao período pós-Segunda Guerra Mundial e estão intrinsecamente relacionados ao próprio surgimento do Estado marfinense. No decorrer da Revolução Política Africana, podemos constatar que uma grande parte dos territórios africanos ocupados pela França, na região ocidental do continente, a chamada África Ocidental Francesa, tornam-se independentes em 1960, dentre eles a Costa do Marfim. Esse movimento de independência transcorreu de forma relativamente pacífica, em virtude da flexibilização da autonomia negociada entre a França e Boigny, que nas três décadas seguintes governaria o país, mantendo-o unido e em uma situação de estabilidade, apesar de sua característica multicultural derivada desse processo de formação do país, tendo cristãos e muçulmanos na composição de sua população, dividida em mais de 60 grupos étnicos diferentes, distribuídos em seu território em duas grandes regiões: a sul, que tem em sua maioria os “marfinenses” e cristãos; e a região norte, onde estão concentrados os “estrangeiros” e seguidores do islamismo.

O período pós-Guerra Fria foi caracterizado por mudanças no cenário geopolítico mundial. Nesse período o país enfrenta seus primeiros problemas socioculturais graves, materializados por tensões étnicas e conflitos internos. Na década de 90, as diferenças culturais ficam polarizadas entre dois grupos antagônicos, divididos territorialmente ao norte e sul do país, sendo essas diferenças posteriormente agravadas pela implementação da ideologia de marfinidade, provocando a escalada dos conflitos etnoculturais na Costa do Marfim, manifestando-se ao longo de quase uma década, de 2002, na primeira Guerra Civil no país, até 2010, quando Gbagbo é derrotado nas eleições presidenciais para Ouattara, e recusa-se a deixar o poder, trazendo como consequência a série de eventos que inserem o país na Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim. As análises dos fatos envolvidos nesse conflito permitem a

identificação de diferentes características culturais nos grupos antagônicos, o que nos remeteu a teoria do Choque de Civilizações de Huntington e o estudo de sua aplicabilidade ao caso real.

Samuel P. Huntington apresenta elementos em sua teoria que permitem a análise do pressuposto de que as diferenças culturais entre as civilizações poderiam ser os principais fatores motivadores dos conflitos na Costa do Marfim, em virtude da relação entre os aspectos característicos do período pós-Guerra Fria, das diferenças culturais dos grupos envolvidos e da reconfiguração da política mundial, que passa a seguir linhas culturais e civilizacionais, entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais, e que essas diferenças entre os grupos podem escalar para o nível de conflito. Apesar de alguns autores como Mahbubani apontarem uma direção diferente quanto a origem dos conflitos e sua independência de fatores culturais, o que pode ser exemplificado pela postura francesa de apoiar o grupo liderado por Ouattara, em detrimento do grupo liderado por Gbagbo, avaliando a totalidade de fatos pertinentes levantados durante o estudo de caso da Costa do Marfim parece que os preceitos de Huntington estão presentes e são aplicáveis a este conflito.

O contexto histórico conflituoso a partir do período pós-Guerra Fria, que acarretou na divisão do território da Costa do Marfim, decorrente das hostilidades entre os dois grupos antagônicos, associado às diferenças étnicas e religiosas observadas na população, intensificado pela implementação da ideologia de “marfinidade”, nos levaram a crer na existência de duas diferentes culturas que podem ser associadas a civilizações no país. A presença dessas diferentes civilizações ocupando as regiões bipartidas em que o país foi dividido, confirma o pressuposto da existência de uma linha de fratura na Costa do Marfim, de acordo com a teoria apresentada por Huntington.

O Ressurgimento Islâmico contribuiu para a criação de uma identidade entre os diferentes grupos étnicos encontrados no norte do país, reforçado pelo fenômeno de crescimento demográfico desse grupo muçulmano, em conjunto com o fortalecimento da

identidade islâmica no período. Além disso, houve uma interferência indireta por parte do Estado, ao não levar em conta as características dos grupos migratórios, acarretando no agravamento das hostilidades entre os grupos étnicos diferentes.

A reconfiguração da política pós-Guerra Fria segue linhas culturais e civilizacionais, orientada pelos conflitos étnicos, entre povos pertencentes a diferentes entidades culturais, motivado por diferenças étnicas entre os grupos. Analisando as características dos grupos liderados por Ouattara e Gbagbo, podemos identificar uma relação de conflito respectivamente entre o norte, que representa a civilização islâmica e o sul influenciado pela civilização ocidental e seus valores e que essa violência empreendida pelos grupos é característica de uma luta entre civilizações. Além disso, podemos deduzir que o apoio obtido pelos grupos está associado a uma falta de identidade nacional e, em contrapartida, ao sentimento de identidade e comunhão aos valores da população com as civilizações islâmica e ocidental.

As características das guerras de linha de fratura, apresentadas por Huntington em sua teoria, como a longa duração do conflito; o envolvimento de povos de etnias e religiões diferentes; o elevado grau de violência; a alternância entre períodos de confrontos e tréguas; e o clamor das lideranças pela lealdade étnica e religiosa, foram confrontadas com a realidade, permitindo deduzir que o conflito se trata de uma guerra de linha de fratura.

Concluimos que a teoria do Choque das Civilizações poderia explicar os conflitos na Segunda Guerra Civil na Costa do Marfim, pois os fatores culturais contribuíram majoritariamente para o desenvolvimento das hostilidades, e afora a existência de outros fatores que não podem ser explicados por elementos encontrados na teoria, a totalidade de fatores associados a uma diferença de identidade cultural entre os grupos antagônicos, sobretudo envolvendo etnias e religiões distintas, podem ser classificados como determinantes para a análise do conflito, tal como apresentado nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BAH, Abu Bakarr. **Democracy and civil war: Citizenship and peacemaking in Côte d'Ivoire**. African Affairs Disponível em: <<http://afraf.oxfordjournals.org/content/109/437/597.full.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2016.
- BBC. **Ivory Coast country profile**. BBC, 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-13287216>>. Acesso em: 20 mai. 2016.
- BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Século XX**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2008.
- CASTRO, Therezinha de. **África: Geohistória, geopolítica e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981. 204 p.
- CNN. **What's causing the conflict in Ivory Coast?** PUREFOY, Christian. CNN, 2011. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2011/WORLD/africa/04/03/ivory.coast.explainer>> Acesso em: 18 mar. 2016.
- COOK, Nicolas. **Cote d'Ivoire's Post-Election Crisis**. CRS Report for Congress. Congressional Research Service Washington, DC. 2011. Disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/156548.pdf>> Acesso em: 23 mar. 2016.
- DUARTE, Rita. **O conturbado processo democrático na Costa do Marfim**. Janus 2011-12 – Anuário de Relações Exteriores, co-edição Observatório de Relações Exteriores da UAL e Jornal PÚBLICO. Lisboa, 2011. Disponível em <http://janusonline.pt/popups2011_2012/2011_2012_2_16.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- DW, Deutsche Welle. **Xenofobia e racismo são pano de fundo dos conflitos na Costa do Marfim**. S. Blanchard / D. Köpp / C. Albuquerque /Revisão: Roselaine Wandscheer. DW, 2011. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/xenofobia-e-racismo-s%C3%A3o-pano-de-fundo-dos-conflitos-na-costa-do-marfim/a-14966167>>. Acesso em: 23 abr. 2016.
- FCG. **La traversée du désert 1952-1958**. Jacques Debû-Bridel. Fundação Charles de Gaulle FCG. 2010. Disponível em: <<http://www.charles-de-gaulle.org/pages/l-homme/dossiers-thematiques/1946-1958-contre-la-ive-republique/la-traversee-du-desert/analyses/la-traversee-du-desert-1952-1958.php>>. Acesso em: 06 abr. 2016.
- FREUND, Julien. **Sociologia del Conflicto**. Madrid: Ediciones Ejército, 1995. Cap. 1, 2 e 3.
- GALULA, David. **Counter-Insurgency Warfare. Theory and Practice**. Nova Iorque: Frederick Praeger, 1964.
- HERNANDES, Leila Leite. **África na Sala de Aula**. São Paulo: Summus Editorial, 2005. 632 p.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1997. 456 p.

KAPLAN, Seth. **Côte d'Ivoire's Ethnic, Religious, and Geographical Divisions**. Fragile States. 2012. Disponível em: <<http://www.fragilestates.org/2012/06/06/cote-divoire-ethnic-division/>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

MAHBUBANI, Kishore. **The Dangers of Decadence: What the Rest Can Teach the West**. Foreign Affairs, Ed. Sep/Oct 1993. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1993-09-01/dangers-decadence-what-rest-can-teach-west>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

PLAUT, Steven. **Lessons from the Ivory Coast: How western Europeans will soon find themselves the strangers and disenfranchised inside their own home countries**. FrontPage. 2011. Disponível em: <<http://www.frontpagemag.com/fpm/89976/lessons-ivory-coast-steven-plaut>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

PÚBLICO. **África: o ano em que começou um futuro ainda por cumprir**. João Manuel Rocha. Público. 2010. Disponível em: <<https://www.publico.pt/mundo/noticia/africa-o-ano-em-que-comecou-um-futuro-ainda-por-cumprir-1422629>>. Acesso em: 24 maio 2016.

OLIC, Nelson Bacic. **África: Terra, sociedades e conflitos**. São Paulo: Editora Moderna, 2012. 119 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África moderna**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2010. 150 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O que era mesmo o terceiro Mundo?** Le Monde Diplomatique Brasil. 2000. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=50>>. Acesso em: 15 maio 2016.

WHANDE, Webster. **Reverse Rural-urban Migrations: An Indication of Emerging Patterns in Africa?** The Institute for Security Studies – ISS. News on ISS Africa. 2010. Pretoria, África do Sul. Disponível em: <http://www.issafrica.org/iss_today.php?ID=1040> Acesso em: 13 abr. 2016.

ANEXO A

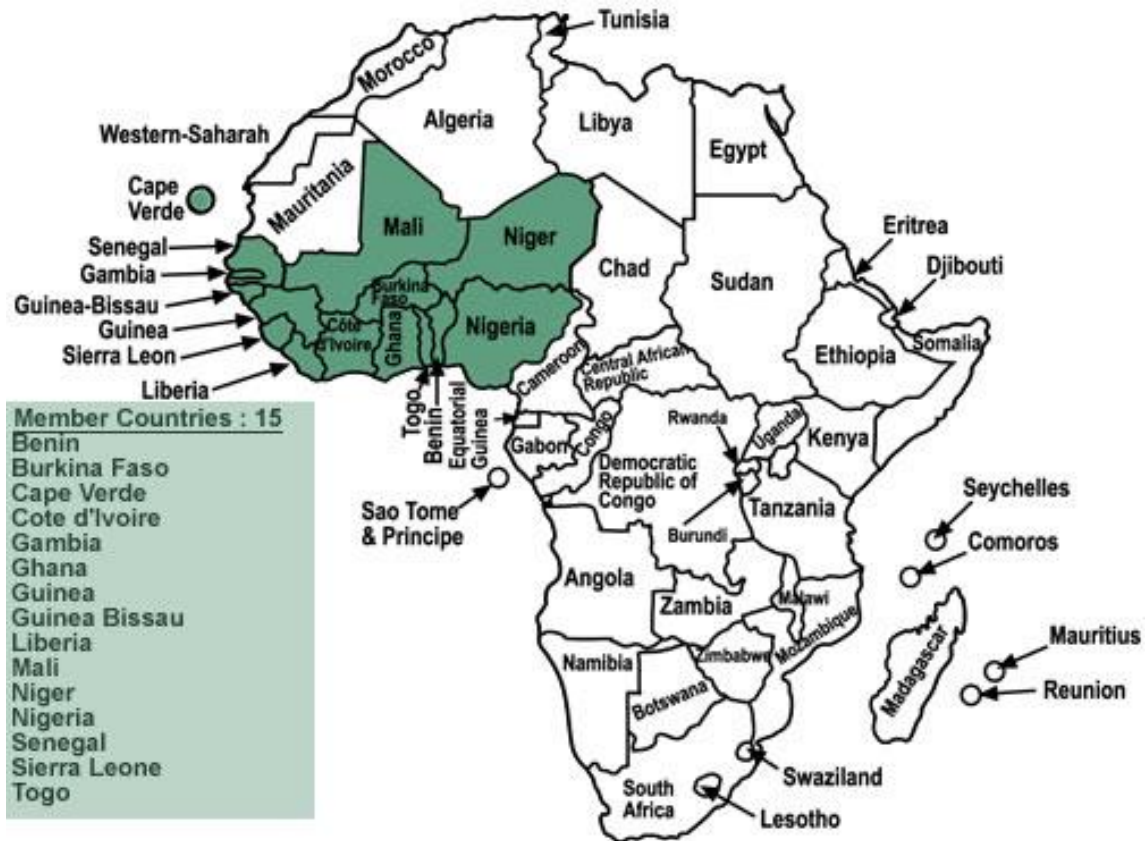


FIGURA 1 - Mapa da África Ocidental Francesa
Territórios da Mauritânia, Sudão Francês, Níger, Senegal, Guiné, Costa do Marfim, Alto Volta e Benin

Fonte: Disponível em < <https://geskiedenisvanafrika.wordpress.com/2014/05/20/29/> >

Acesso: 19. jun. 2016

ANEXO B



ECOWAS Member States

FIGURA 2 - Mapa da África Ocidental (CEDEAO)

Países Membros: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gambia, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Niger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Fonte: Disponível em <<http://www.uneca.org/oria/pages/ecowas-economic-community-west-african-states>>

Acesso: 19. jun. 2016

ANEXO C



FIGURA 3 - Divisão dos territórios da Costa do Marfim

Fonte: Disponível em < http://janusonline.pt/popups2011_2012/2011_2012_2_16.pdf>
Acesso: 19. jun. 2016



Divisão territorial da Costa do Marfim. Fonte: Centre de Documentation et d'Informations Humanitaires.

FIGURA 4 - Divisão da Costa do Marfim 2003-2007

Fonte: Disponível em <http://www.mapsofworld.com/cote-divoire/>
Acesso: 19. jun. 2016

ANEXO D

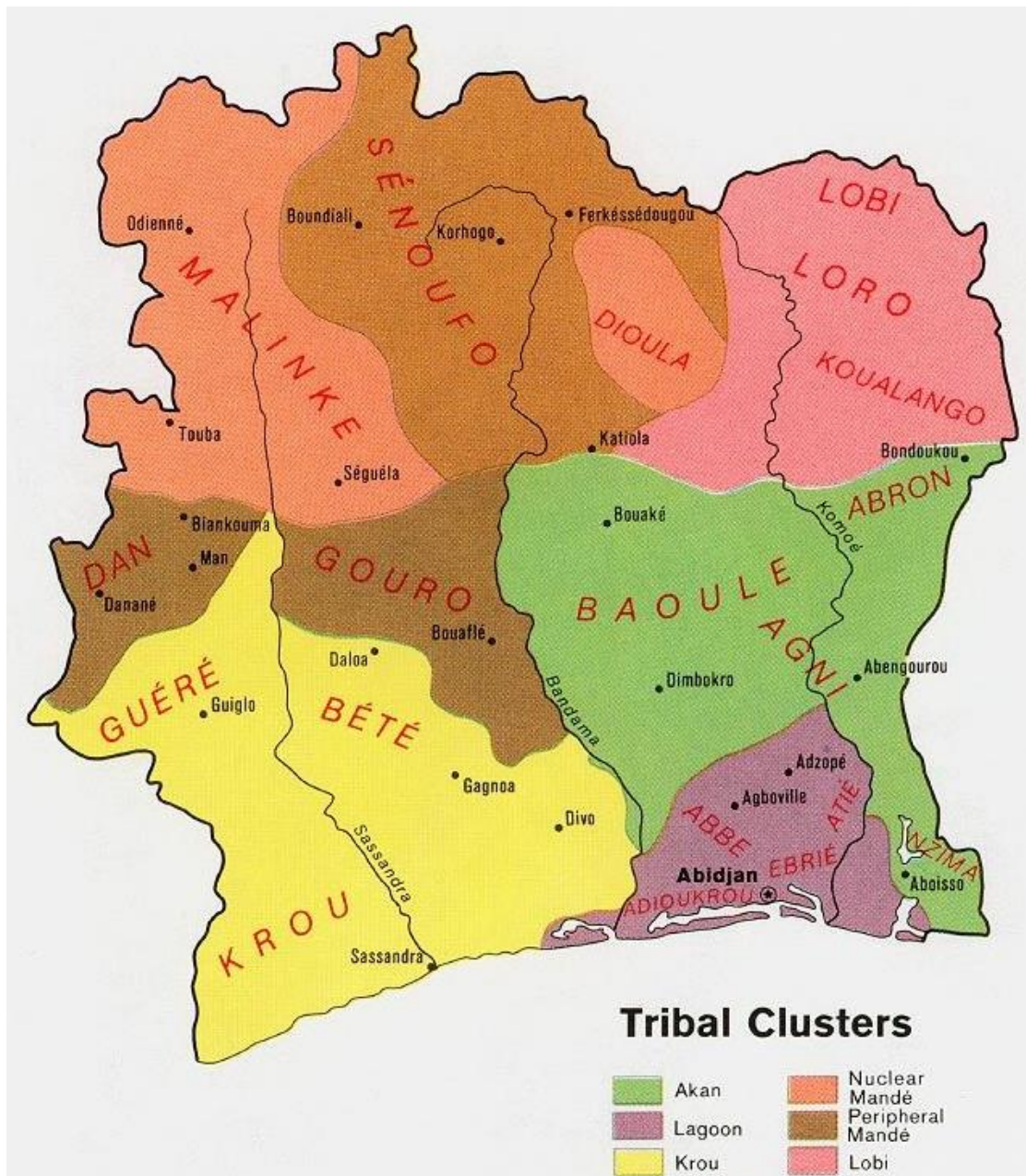
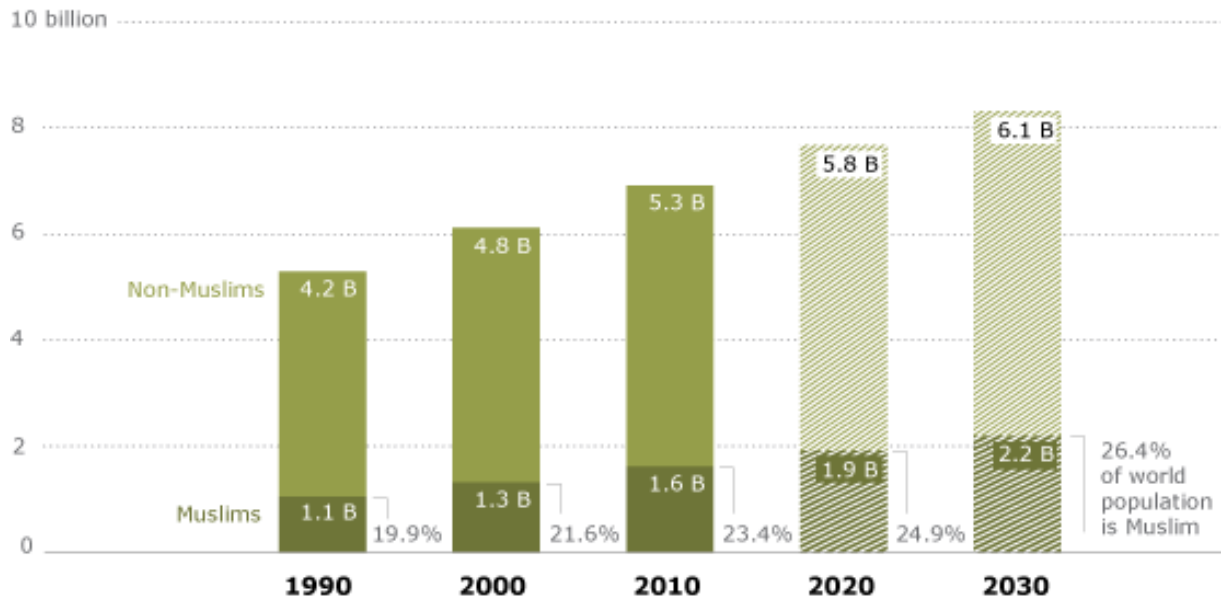


FIGURA 5 - Distribuição dos Grupos Étnicos na Costa do Marfim
 Fonte: Disponível em < <http://www.mappery.com/ivory-coast-tribal-map> >
 Acesso: 19. jun. 2016

ANEXO E

Muslims as a Share of World Population, 1990-2030



Percentages are calculated from unrounded numbers. Cross hatching denotes projected figures.

GRÁFICO 1 - Crescimento da População Mundial de Muçulmanos

Fonte: Disponível em < <http://www.pewforum.org/interactives/muslim-population-graphic/>>

Acesso em 19.jun.2016